

PDT decide: diretas têm de ser logo

JORNAL DE BRASÍLIA

24 ABR 1987

ANC 10093

O PDT vai mesmo mobilizar-se para a convocação das eleições diretas para a Presidência da República 90 dias após a promulgação da nova Constituição. Já no dia 1º de maio (a próxima sexta-feira) o partido iniciará em todo o país um movimento pela coleta de um milhão de assinaturas para respaldar a proposta de convocação do pleito presidencial, a ser apresentada à Assembléia Nacional Constituinte.

A decisão foi adotada ontem pelas bancadas federal e estaduais do PDT, reunidas desde a última quarta-feira. O candidato do Partido à Presidência, ex-governador Leonel Brizola, mostrava-se na véspera em dúvida quanto à melhor data para a realização da eleição presidencial: no início da tarde, em entrevista à imprensa, ele defendeu a ideia do pleito 90 dias após a promulgação da carta. Horas depois, ao despedir-se dos correligionários, Brizola sustentava que seria mais viável a realização do pleito no dia 15 de novembro de 1988.

Na realidade, Brizola levava em consideração, para esse aparente recuo, os termos de uma proposta apresentada pelo líder Brandão Monteiro, que além de preconizar a eleições três meses depois de promulgada a Carta, dispunha também sobre a dissolução do atual Congresso, para permitir a coincidência entre o pleito presidencial e a composição de um novo parlamento.

Ao fazer a opção pelo pleito em novembro, Brizola considerou irreal a hipótese de dissolução do Congresso após o encerramento dos trabalhos da Constituinte. Para contornar esse reparo à proposta original, ficou decidido ontem que o texto a ser submetido à população, na mobilização do PDT, não mais incluirá o dispositivo referente à dissolução do Parlamento.

Além dessa alteração politicamente significativa, também teve grande peso na recusa à ideia do pleito ficar para novembro a atuação dos nove deputados estaduais do PDT fluminense, que chegaram a Brasília na manhã de ontem e que em bloco se posicionaram a favor da eleição 90 dias após a promulgação da Constituição.

Liderados pelos deputados Antony William Garotinho e Fernando Lopes, os representantes do Rio sustentaram que a ideia de Brandão era a mais coerente com a pregação do Partido pelas diretas-já e a que teria maior capacidade para sensibilizar o eleitorado que, no entender desses parlamentares, está receptivo à imediata realização do pleito presidencial.

O vice-presidente do Partido, Doutel de Andrade, e o ex-secretário de governo de Brizola, Cibília Viana, ainda tentaram sustentar a argumentação favorável ao pleito em novembro, mas acabaram concordando com a maioria.

E sem sistema parlamentar

Além da definição em torno da data da eleição presidencial, o PDT posicionou-se ontem diante de outros pontos que serão transformados em propostas do partido para a futura Constituição: a defesa do sistema presidencialista de governo; a criação de um Tribunal Constitucional; amplo direito de greve, além de outras propostas no capítulo dos direitos e garantias individuais.

O PDT pretende reagir à onda parlamentarista que vem crescendo nos quadros do PMDB e do PFL, propondo a manutenção do presidencialismo; com a absorção de algumas características do Parlamentarismo, entre as quais a hipótese de voto de desconfiança aos ministros. Nesse novo sistema, seria reduzida a capacidade de o presidente baixar decretos-leis e a figura do decurso de prazo somente poderia ser utilizada para considerar rejeitadas as propostas do Executivo que não fossem votadas a tempo pelo Legislativo.

O mandato presidencial defendido pelo PDT, como regra, é o de quatro anos, com direito à reeleição.

Na questão dos direitos e garantias individuais, o PDT propõe, que a lei tributária leve sempre em conta a capacidade do contribuinte.

